**DECRETO Nº 074, DE 05 DE OUTUBRO DE 2022.**

**REGULAMENTA A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**VOLCIR CANUTO**, Prefeito do Município de Brunópolis-Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fulcro nas disposições da Lei Orgânica Municipal:

**CAPÍTULO I**

**DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

**Seção I**

**Da Definição da NFS-e**

**Art. 1º.** Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

**Parágrafo único.** Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Brunópolis, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital.

**Seção II**

**Dos Contribuintes Obrigados**

**Art. 2º.** A Secretaria Municipal da Fazenda define neste decreto os prestadores de serviço obrigados a emissão da NFS-e.

**Parágrafo único.** Os contribuintes, não obrigados, exceto os MEI que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos deste decreto.

**CAPÍTULO II**

**DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e**

**Seção I**

**Do Acesso pelo Contribuinte**

**Art. 3º.** O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

**Art. 4º.** As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata esse decreto, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.brunopolis.sc.gov.br.](http://www.brunopolis.sc.gov.br.)

**Art. 5º.** Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º deste decreto e comprovado, pela Secretaria da Fazenda, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

**§ 1º.** No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (30) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

**§ 2º.** Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

**Art. 6º.** A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

**Art. 7º.** Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

**Parágrafo único.** A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado na “SOLICITAÇÃO DE ACESSO”, e conterá as seguintes funções:

1. – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
2. – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

**Art. 8º.** A pessoa jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

**Seção II**

**Do Acesso pela Administração Fazendária**

**Art. 9.** O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

**Art. 10.** A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Diretor e funcionários do Departamento de Fiscalização de Tributos, a qual conterá as seguintes funções:

– habilitar e desabilitar usuários;

1. – criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
2. – incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

**Art. 11.** Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

**CAPITULO III**

**DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

**Art. 12.** A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

1. - identificação do prestador de serviços, com:
2. nome ou razão social;
3. endereço;
4. “e-mail”;
5. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
6. inscrição no Cadastro Mobiliário;
7. - identificação do tomador de serviços, com:
8. nome ou razão social;
9. endereço;
10. “e-mail”;
11. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

1. - valor total da NFS-e;
2. - valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;
3. - valor da base de cálculo;
4. - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante da Lei Complementar nº 14/03 e 59/17;
5. - alíquota e valor do ISS;
6. - indicação no corpo da NFS-e de:
7. serviço não tributável pelo Município de Brunópolis, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a Lei complementar federal e municipal;
8. retenção de ISS na fonte;
9. empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão “empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional”;
10. empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
11. existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
12. número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.
13. a guia de recolhimento, depois de emitida, poderá ser cancelada em caso de erro de lançamento. Após a guia paga, não poderá ser cancelada a NFS-e.

**§ 1º.** A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões “Prefeitura Municipal de Brunópolis”, “Secretaria Municipal da Fazenda” e “Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFSe”.

**§ 2º.** O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

**§ 3º.** O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

**Art. 13.** A NFS-e deve ser emitida “on-line”, por meio da Internet, no endereço eletrônico “<http://www.brunopolis.sc.gov.br> ”, somente pelos prestadores de serviços no Município de Brunópolis, mediante a liberação de acesso.

**Parágrafo único.** A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços.

**Art. 14.** As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

**Art. 15.** Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

**Art. 16.** Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

**Seção I**

**Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física**

**Art. 17.** É facultado às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e no Departamento de Tributos e Fiscalização da Prefeitura Municipal.

**Parágrafo único.** O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria da Fazenda deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico – DAM-e, conforme alíquota da lista de serviços constante nas Leis Complementares nºs. 14/03 e 59/17.

**Art. 18.** A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

**Parágrafo único.** A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e, referente ao pagamento do imposto devido.

**Seção II**

**Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas**

**a Funcionar pelo Banco Central do Brasil**

**Art. 19.** Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais – NFS-e.

**Seção III**

**Do Cancelamento da NFS-e**

**Art. 20.** A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado (online), no endereço eletrônico <http://www.brunopolis.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

**§ 1º.** Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

**§ 2º.** Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento,

momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

**§ 3º.** O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

**Art. 21.** Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto nas Leis Complementares nºs. 14/03 e 59/17.

**Seção IV**

**Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e**

**Art. 22.** Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da “Carta de Correção”, destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

**§ 1º.** É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

**§ 2º.** Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

**§ 3º.** Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

**§ 4º.** Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

**CAPÍTULO IV**

**DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS**

**Seção I**

**Da Definição de RPS e sua utilização**

**Art. 23.** Nos casos previstos neste decreto, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

**§ 1º.** Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

1. – identificação do prestador dos serviços, contendo:
2. nome ou razão social;
3. endereço;
4. número do CNPJ;
5. número no cadastro mobiliário municipal;
6. correio eletrônico (e-mail).
7. - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:
8. nome ou razão social;
9. endereço;
10. número do CNPJ;
11. número no cadastro mobiliário municipal;
12. correio eletrônico (e-mail).
13. – numeração sequencial; V – série;
14. – a descrição:
15. dos serviços prestados;
16. preço do serviço;
17. enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
18. alíquota aplicável;
19. valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.
20. – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE”.

**§ 2º.** Todas as informações descritas no §1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

**Art. 24.** O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

1. – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;
2. – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;
3. – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
4. – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;
5. – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

**Art. 25.** O RPS deverá ser impresso em sistema da Prefeitura através do endereço eletrônico disponibilizado, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 23 deste decreto.

**§ 1º.** O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

**§ 2º.** O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços §3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

**§ 3º.** Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

**§ 4º.** Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

**§ 5º.** Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o “layout” do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.brunopolis.sc.gov.br.](http://www.brunopolis.sc.gov.br.)

**Art. 26.** A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida pelo Departamento de Fiscalização do Município.

**Sessão II**

**Da conversão do RPS em NFS-e**

**Art. 27.** Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

**§ 1º.** O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS.

**§ 2º.** A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 40 do Capítulo VI deste decreto.

**§ 3º.** Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

**§ 4º.** A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se a não emissão de nota fiscal convencional.

**Art. 28.** Fica este decreto, disponível no sistema informatizado da Prefeitura Municipal (on-line).

**Seção III**

**Do sistema de “Emissão do Cupom Fiscal – ECF”**

**Art. 29.** O Cupom fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC deverá observar o seguinte:

* 1. – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;
  2. – as normas referentes ao equipamento emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS;
  3. – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**Art. 30.** As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal não ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

**Seção IV**

**Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços – RPS**

**Art. 31.** A partir da vigência deste decreto, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

**Art. 32.** É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

**Parágrafo único.** Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

**Art. 33.** No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A SUA EMISSÃO".

**CAPÍTULO V**

**Seção I**

**Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”.**

**Art. 34.** Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”, de acordo com o disposto nesta Seção.

**Art. 35.** As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 27 deste decreto.

**Art. 36.** A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

**Parágrafo único.** O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 41 deste decreto.

**Art. 37.** A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

1. –CNPJ do prestador;
2. – endereço do prestador e do tomador; III – CNPJ do tomador;
3. – e-mail do tomador;
4. – o valor dos serviços prestados;
5. – o enquadramento na lista de serviços; e
6. – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

**Seção II**

**Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN**

**Art. 38.** A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

**CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES**

**Art. 39.** Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

1. – 5 UFM´s para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
2. – 5 UFM´s para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
3. – 10 UFM´s para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

**Art. 40.** Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de

valor igual a:

1. – 5 UFM´s para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;
2. – 5 UFM´s para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

**Parágrafo único.** A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 27 do presente decreto implicará em multa diária correspondente a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 60° (sexagésimo) dia de atraso.

**Art. 41.** Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

1. – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
2. – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

**Parágrafo único.** A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 70 UFM´s.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 42.** Para efeito deste decreto, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Fazenda pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

**Parágrafo único.** O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

**Art. 43.** A partir da vigência deste decreto, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente.

**Art. 44.** No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

1. – mudança de endereço;
2. – mudança de ramo de atividade.

**Art. 45.** A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos nesse Decreto.

**§ 1º.** Nos primeiros trinta dias do uso obrigatório da NFS-e, não se aplica o disposto no art. 5º deste decreto.

**§ 2º.** Durante o prazo previsto no §1º os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitadas automaticamente, devendo na "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e demais documentos descritos no Capítulo II deste decreto, serem entregues à Secretaria da Fazenda num prazo máximo de até 30 (trinta) dias após esgotado o prazo previsto naquele parágrafo.

**§ 3º.** Os contribuintes que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso suspenso enquanto não regularizarem sua situação.

**Art. 46.** Fica estabelecido um período de transição de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI deste decreto.

**§1º.** As empresas estabelecidas no município, que prestarem serviço terão os seguintes prazos para aderirem ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

I – Empresas de Grande Porte, 60 dias. II – Empresa de Médio Porte, 150 dias.

III – Empresa de Pequeno Porte, 240 dias. IV – Micro empresas (ME), 365 dias.

**§2º.** Os prazos estabelecidos no parágrafo 1º, contar-se-ão a partir da data de publicação do presente decreto.

**§3º.** As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI deste decreto.

**Art. 47.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brunópolis, 05 de outubro de 2022.

Volcir Canuto Prefeito Municipal

Elaine Novacki dos Santos

Secretária de Administração Planejamento e Fazenda

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.